



Manual dos critérios de avaliação
Transparência a partir
do marco regulatório
das organizações da
sociedade civil

1ª Edição
Junho de 2021

Sumário

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES.....	3
ORIENTAÇÕES GERAIS.....	4
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO.....	6
1. Há seção com os chamamentos públicos e extratos das justificativas de dispensas e inexigibilidades? (4,0)	6
2. As informações referentes aos chamamentos públicos e extratos das dispensas e inexigibilidades estão atualizadas? (2,0)	10
3. Há publicidade do Chamamento Público e dos extratos das dispensas e inexigibilidades, de forma individualizada? (2,0).....	10
4. Os documentos ou informações que comprovam habilitação da OSC são disponibilizados publicamente? (2,0)	13
5. Há seção específica com as parcerias firmadas? (3,0)	14
6. As informações das parcerias em execução e concluídas estão atualizadas? (1,0).....	17
7. Os dados básicos para identificação da parceria são fornecidos? (1,5)	18
8. Há disponibilização dos documentos que instrumentalizam a parceria? (1,0) ..	20
9. As informações relacionadas à liberação de recursos são divulgadas? (1,0) ...	21
10. Os dados das despesas da OSC com as equipes de trabalho vinculadas à parceria são disponibilizados pela Administração? (1,0)	23
11. Há divulgação dos meios de representação sobre aplicação irregular dos recursos? (1,5)	25
12. Há disponibilização dos dados básicos relacionados à prestação de contas? (2,0) 26	
13. Há acesso livre aos documentos relacionados à prestação de contas? (3,0).....	27
ANEXO I.....	30
QUESTIONÁRIO E PONTUAÇÃO	30

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Existe uma tendência de as administrações públicas municipais repassarem valores consideráveis a entidades privadas sem fins lucrativos no intuito de serem executadas políticas públicas de prestação não exclusiva pelo Estado, conforme demonstrado em levantamentos de dados realizados pelo TCE-RS.

Somente nas competências de janeiro a abril de 2021, os Municípios gaúchos empenharam aproximadamente 3,1 bilhões de reais em favor de entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil (OSC).

Em linha semelhante, outro estudo elaborado anteriormente pelo TCE-RS sobre a Lei Federal n. 13.019/2014 (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC) identificou o repasse de 4,2 bilhões de reais às OSCs em 2014¹.

Inclusive, com o objetivo de oportunizar à gestão municipal a participação nesse levantamento sobre o cenário do Terceiro Setor, em dezembro de 2019 e janeiro de 2020, foi aplicado o Questionário de nº 21/2019, conforme os [Ofícios Circulares da DCF n. 45/2019 e 04/2020](#).

Nesse ponto, é importante destacar que o MROSC está em vigor para os Municípios desde 2017, predominando atualmente a necessidade de as parcerias com as OSCs atenderem a normas específicas que pormenorizam o dever constitucional de transparência.

Tais premissas reforçam a necessidade de atenção específica à transparência segundo o MROSC para aprimorar a participação da sociedade civil nos tratos da Administração Pública, razão pela qual o TCE-RS passará a realizar a avaliação descrita na sequência.

Assim, o presente Manual se destina à orientação da gestão pública quanto aos critérios de avaliação da transparência segundo o Marco Regulatório das OSC no corrente ano (2021). Caso as orientações não estejam claras o suficiente, é possível entrar em contato pelo e-mail transparencia.osc@tce.rs.gov.br, para a melhoria contínua deste material.

¹Rio Grande do Sul. Tribunal de Contas do Estado. **Marco regulatório das organizações da sociedade civil**: um estudo acerca da Lei nº 13.019/2014, com as alterações introduzidas pela Lei nº 13.204/2015. Porto Alegre, 2017. 2 ed, p. 4, disponível em <https://portalnovo.tce.rs.gov.br/escola/orientacoes-aos-gestores/?ano=2017>.

ORIENTAÇÕES GERAIS

A presente fiscalização se embasa, principalmente, nos [estudos do TCE-RS sobre o tema do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil](#), aprovado pelo Plenário em 2015, nos termos do [Ofício Circular da Presidência n. 33/2015](#).

Ademais, são utilizados como critérios para a matriz de fiscalização os artigos 37, *caput* (Princípio da Publicidade) e 70, *caput* e § único da Constituição Federal e artigos 3º, 5º, *caput* e incisos I e IV; 6º, *caput* e inciso V; 10; 11, § único, incisos I a VI; 12; 20; 26; 32; 34; 41; 60, § único; 65; 69, *caput* e §6º; 81; 81-A, inciso II; 87 e 88 da Lei Federal nº 13.019/2014 (MROSC), com reforço dos artigos 2º, *caput* e § único; 3º; 6º; 7º, inciso II a VII; e 8º, *caput* da Lei Federal n. 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação).

Essas normas expressam obrigações que, salvo em regimes jurídicos específicos ou excepcionais, devem ser cumpridas nas pactuações entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil.

A presente ação possui itens de verificação² classificados em 3 grandes temas: A) Seleção da Parceira, que agrega os itens 1 a 4; B) Execução e Monitoramento da Parceria, referente aos itens 5 a 11; e C) Prestação de Contas da Parceria, composto pelos itens 12 e 13.

Essa metodologia de análise da transparência segundo o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil será realizada pelo Corpo Técnico do TCE-RS, a partir do dia 09/08/2021, nos mesmos moldes em que historicamente é aplicada a Avaliação da Transparência nos Portais dos Municípios.

Assim, uma equipe do TCE-RS acessará os sites oficiais/portais de transparência³ buscando localizar as informações constantes no questionário apresentado no Anexo I. Para fins de avaliação, serão seguidas as orientações e diretrizes contidas no presente Manual.

As respostas serão inseridas no Sistema de Questionários do TCE-RS e, ao final do período de verificação, os resultados preliminares da avaliação serão disponibilizados aos Municípios por meio do Espaço do Controle Interno⁴.

² Todos expostos resumidamente no Anexo I – Página 29 e 30 do presente documento.

³ **Se houver informações das parcerias da Administração com as OSC centralizadas em plataforma específica**, nos termos dos artigos 65 e 81-A da Lei Federal 13.019/2014, **orienta-se a inclusão no site oficial ou portal da transparência de local com link que direcione o cidadão para o endereço eletrônico onde se encontram essas informações.**

⁴ Portal do TCE- RS > Guia “Para o Fiscalizado” > “Espaço do Controle Interno” > Acesso ao Sistema > Questionários.

A gestão das prefeituras e os Responsáveis pelo Controle Interno Municipal receberão comunicação do TCE-RS quanto aos resultados preliminares, quando serão possibilitadas solicitações de revisão da avaliação por discordância ou por correção dos itens apontados como “não atendidos”.

Essa comunicação ocorrerá por meio de Ofício Circular da Direção de Controle e Fiscalização, sendo noticiada também no Novo Portal do TCE-RS (<https://portalnovo.tce.rs.gov.br/>).

As solicitações de revisão deverão ser feitas exclusivamente através do sistema pelo qual será disponibilizado o resultado preliminar da avaliação, o qual deve ser acessado por meio do Portal do TCE- RS > Guia “Para o Fiscalizado”> Espaço do Controle Interno > Acesso ao Sistema > Questionários. De posse dessas manifestações, a equipe responsável realizará as reanálises solicitadas, mantendo a avaliação preliminar ou alterando-a, nos casos de atendimento dos requisitos.

Somente serão reanalisados os itens para os quais houver solicitação específica de revisão apresentada pelo Município, a qual, para ser atendida, deverá indicar expressamente o link que direciona para a evidência de atendimento. Este deve ser específico para aquilo que está sendo questionado, não sendo aceito link genérico, conforme o exemplo abaixo:

Pergunta hipotética: 3.3 Há possibilidade de acesso específico ao extrato com as justificativas para dispensa ou inexigibilidade?

Link específico: aceito <https://www.convenioseparcerias.rs.gov.br/20-2100-0002636-0-60214dcb224bb>

Link genérico: não aceito <https://www.convenioseparcerias.rs.gov.br/inicial>

Por fim, importante reiterar que os critérios escolhidos para verificação representam apenas uma parte dos itens possíveis a partir da Lei Federal n. 13.019/2014. No entanto, tal ocorrência não impede eventuais ações específicas do TCE-RS quanto aos demais dispositivos legais existentes, inclusive em relação ao tema da transparência.

Desta forma, orienta-se que os municípios não se limitem em atender apenas os critérios aqui mencionados, pois todas as exigências normativas ou boas práticas não verificadas podem constituir parâmetros para outras fiscalizações.

Ainda, apesar de todos os itens expostos objetivarem o regime jurídico das parcerias da Lei Federal n. 13.019/2014, a gestão é livre para dar o mesmo nível de publicidade e transparência a outras formas de convênios e repasses ao Terceiro Setor, o que é até mesmo recomendado, desde que expressamente mencione o instrumento jurídico adotado e a fundamentação legal correspondente.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Todas as questões abaixo dizem respeito, exclusivamente, às parcerias firmadas pelo ente público com base na Lei Federal 13.019/2014

A) Itens pertinentes à Seleção da Parceira

1. Há seção com os chamamentos públicos e extratos das justificativas de dispensas e inexigibilidades? (4,0)

A partir do site oficial ou portal da transparência do município, importante ser possível encontrar uma seção⁵ na qual sejam apresentadas as informações pertinentes às seleções das parcerias realizadas com base na Lei Federal nº 13.019/2014, tanto nos casos dos chamamentos públicos como nos extratos das dispensas e inexigibilidades.

Esse tipo de estruturação facilita o primeiro acesso a quaisquer informações sobre os chamamentos públicos, seleções de parcerias e extratos das justificativas em dispensa ou inexigibilidade.

Para atendimento do critério, sugere-se ao ente público a disponibilização dessas informações de forma centralizada ou com a possibilidade de filtros.

Nessa organização, nada impede o ente incluir, por exemplo, seleções ou chamamentos destinados a outras formas de parcerias não regidas pela Lei Federal nº 13.019/2014, desde que visível o modelo de pactuação buscado.

Porém, o critério não será atendido se os chamamentos ou extratos da Lei Federal nº 13.019/2014 estiverem divulgados em meio às informações gerais de Licitações sem possibilidade de separação.

No mais o gestor é livre para a forma de apresentação das informações, com sistema de busca ou em categorias, por exemplo, por ano ou tema – como 2019; 2020; educação; saúde; assistência social; cultura; etc.

Portanto, a Equipe Técnica acessará o site oficial ou portal da transparência dos Municípios, e verificará o atendimento a 2 itens:

1.1) Há seção com os chamamentos públicos? (2,0)

Segue exemplo nas figuras abaixo:

⁵ Exigência fundamentada no artigo 37, *caput* da Constituição Federal (Princípio da publicidade), no princípio da transparência; e nos artigos 5º, *caput* e inciso IV; 6º, *caput* e inciso V; 10, *caput*; 27, §4º e 32, §1º da Lei Federal 13.019/2014, reforçados pelos artigos 6º, inciso I; 7º, inciso IV; 8º, *caput*, §2º e §3º inciso VI da Lei Federal 12.527/2011.

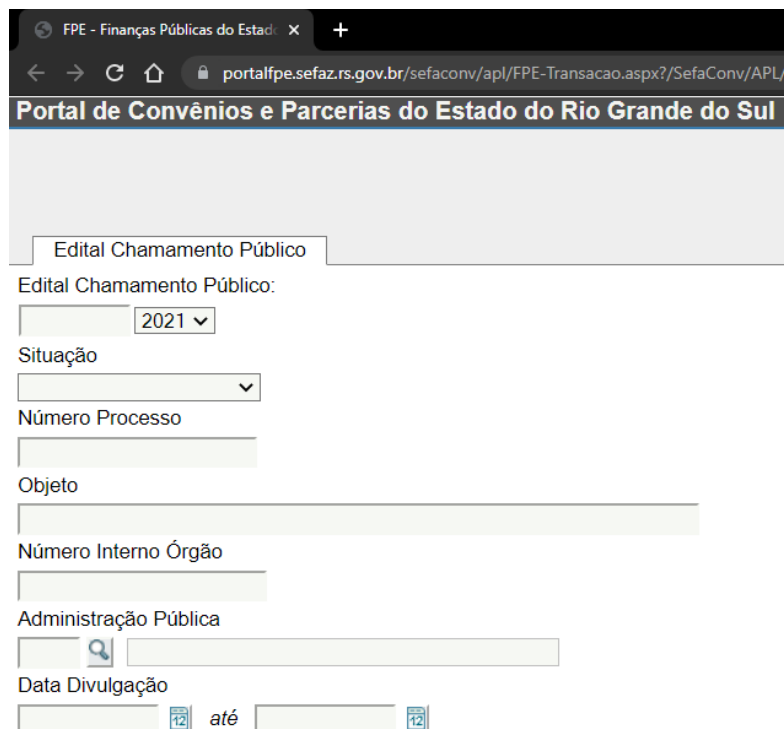
Exemplo 01 - Figura 01: Site oficial referente aos convênios e parcerias do Estado do Rio Grande do Sul. Destaque em aba que remete aos editais de chamamentos públicos das OSC.



Exemplo 01 – Figura 02: Página a partir do qual se acessa a seção específica dos chamamentos públicos.



Exemplo 01 – Figura 03: Página inicial da seção dos chamamentos públicos, em sistema de busca.



Portal de Convênios e Parcerias do Estado do Rio Grande do Sul

Edital Chamamento Público

Edital Chamamento Público:

2021

Situação

Número Processo

Objeto

Número Interno Órgão

Administração Pública

Data Divulgação

até

Exemplo 01 – Figura 04: Seção dos chamamentos públicos, após seleção de algum critério de filtragem.



Edital	Número Processo	Data Divulgação	Situação	Administração Pública	Objeto
2021/0002	20/2100-0002630-0	03/02/2021 a 08/03/2021	Propostas Habilitadas	SECRETARIA DO TRABALHO E ASSISTENCIA SOCIAL	Edital de chamamento para promover a execução das políticas públicas da Secretaria de Trabalho e Ass...
2021/0003	20/2900-0000280-9	01/03/2021 a 31/03/2021	Propostas Habilitadas	SECRETARIA DO ESPORTE E LAZER	gestão e organização de áreas do Centro Estadual de Treinamento Esportivo - CETE, visando a implemen...
2021/0004	20/2800-0000511-8	29/04/2021 a 30/05/2021	Em Julgamento	SECRETARIA DE JUSTICA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS	Constitui objeto do presente Edital selecionar proposta técnica apresentada pelas organizações da so...
2021/0005	21/2158-0000436-7	14/05/2021 a 15/06/2021	Recebendo Proposta	FUNDACAO DE ATENDIMENTO SOCIO-EDUCATIVO DO RIO GRANDE DO SUL	Processo de habilitação de entidades sem fins lucrativos, com registro de entidade não-governamental...
2021/0006	21/2158-0000435-9	14/05/2021 a 15/06/2021	Recebendo Proposta	FUNDACAO DE ATENDIMENTO SOCIO-EDUCATIVO DO RIO GRANDE DO SUL	Processo de habilitação de entidades sem fins lucrativos, com registro de entidade não-governamental...
2021/0007	21/2100-0000523-6	08/06/2021 a 09/07/2021	Edital Divulgado	SECRETARIA DO TRABALHO E ASSISTENCIA SOCIAL	Chamamento Público, para selecionar 04 (quatro) propostas técnicas das Instituições Comunitárias de...

Exercício Edital = 2021

Linhas de 1 a 6

05/07/2021 15:55:38

1.2) Há seção com os extratos das justificativas de dispensas e inexigibilidades ao chamamento público? (2,0)

O termo “extrato” aqui se refere a um documento simplificado, as vezes até em forma de texto resumido, que contém as justificativas para as dispensas ou inexigibilidades ao chamamento público.

Segue exemplo que atende ao item 1.2:

Exemplo 02 - Figura 05: Site oficial referente aos convênios e parcerias do Estado do Rio Grande do Sul. Destaque em aba que remete ao rol com dispensas e inexigibilidades de chamamentos públicos das OSC.



Exemplo 02 - Figura 06: Seção em rol com os extratos das justificativas para dispensas e inexigibilidades de chamamentos públicos das OSC.

Dispensas e Inexigibilidades de Chamamento Público

Exibindo 1 a 10 de 19 itens.

08/02/2021 - 11h42min
[20/2100-0002636-0](#)

EXTRATO DA DISPENSA DO CHAMAMENTO PÚBLICO A Secretaria Estadual de Trabalho e Assistência Social, em conformidade com o art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2014, com o artigo 27, Inciso V, do Decreto Estadual 53.175/2016, e expediente PROA 20/2100-000...

04/01/2021 - 10h53min
[20/0500-0003283-8](#)

EXTRATO DA JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO O SECRETÁRIO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA, em conformidade com os artigos 13 e 28, do Decreto Estadual nº 53.175, de 25 de agosto de 2016, com o caput do artigo 31, d...

2. As informações referentes aos chamamentos públicos e extratos das dispensas e inexigibilidades estão atualizadas? (2,0)

Os princípios da transparência e da publicidade exigem que o gestor alimente os dados constantes nos sites oficiais/portais da transparência de maneira rotineira e fiel à realidade. Para as pactuações com o Terceiro Setor não seria diferente, razão pela qual o presente critério se torna necessário⁶.

Para este manual, considerar-se-á atendido esse item quando simultaneamente a) for visível ao cidadão o momento da atualização dos dados; e b) referir-se a data recente.

Assim, **para a presente ação**, entende-se a) como **visível a atualização** quando na seção dos chamamentos ou extratos, em qualquer localização da página, for informada a última data de alimentação dos dados (afirmando, por exemplo, que na data XX/XX/XXXX os registros foram atualizados), ou ao menos ela for constatável partir dos dados na página e b) como **data recente** se esta for do ano corrente (2021).

Segue exemplo, a partir da própria página do Exemplo 01 - Figura 04:

Exemplo 03 - Figura 07: Data atualizada, visível e em data recente, na seção dos chamamentos públicos

Exibir Selecionados					
Edital	Número Processo	Data Divulgação	Situação	Administração Pública	Objeto
2021/0002	20/2100-0002630-0	03/02/2021 a 08/03/2021	Propostas Habilitadas	SECRETARIA DO TRABALHO E ASSISTENCIA SOCIAL	Edital d pública: gestão: Treinan
2021/0003	20/2900-0000280-9	01/03/2021 a 31/03/2021	Propostas Habilitadas	SECRETARIA DO ESPORTE E LAZER	Consti apreser
2021/0004	20/2800-0000511-8	29/04/2021 a 30/05/2021	Em Julgamento	SECRETARIA DE JUSTICA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS	Proces: registro
2021/0005	21/2158-0000436-7	14/05/2021 a 15/06/2021	Recebendo Proposta	FUNDACAO DE ATENDIMENTO SOCIO-EDUCATIVO DO RIO GRANDE DO SUL	Proces: registro
2021/0006	21/2158-0000435-9	14/05/2021 a 15/06/2021	Recebendo Proposta	FUNDACAO DE ATENDIMENTO SOCIO-EDUCATIVO DO RIO GRANDE DO SUL	Chama técnica:
2021/0007	21/2100-0000523-6	08/06/2021 a 09/07/2021	Edital Divulgado	SECRETARIA DO TRABALHO E ASSISTENCIA SOCIAL	
Exercício Edital = '2021'					
Linhas de 1 a 6					
05/07/2021 16:35:58					

3. Há publicidade do Chamamento Público e dos extratos das dispensas e inexigibilidades, de forma individualizada? (2,0)

⁶ Trata-se de requisito mínimo à publicidade e transparência pública fundado nos termos do artigo 37, caput da Constituição; artigos 5º, caput e inciso IV; 6º, caput e inciso V; 10, caput da Lei Federal 13.019/2014; com reforço ainda dos artigos 6º, inciso I; 7º, inciso IV; 8º, caput, §2º e §3º inciso VI da Lei Federal 12.527/2011.

A partir da seção mencionada no item 1, seria possível o acesso livre a cada chamamento público ou extrato com as justificativas para dispensa ou inexigibilidade, os quais enquadram-se como processos públicos.⁷

Nesse fluxo, é verificado se o site oficial/portal da transparência permite acesso livre e público ao edital do chamamento público, à sua situação e ao extrato da justificativa para dispensa e inexigibilidade do chamamento.

Caso a disponibilização da informação ou documento seja apenas para usuários com acesso restrito, autorizados pela Administração, o ente avaliado não atenderá ao item correspondente.

Serão verificadas 3 informações ou documentos, cada qual resultando em pontuação específica:

3.1 Há disponibilização do edital de chamamento público? (1,0)

Segue exemplo de atendimento ao item em um dos chamamentos selecionados a partir da página do Exemplo 01 - Figura 04 citado:

Exemplo 04 - Figura 08: Link para download do edital de chamamento público para acesso livre e público.

<div> <div>Edital</div> <div>Classificação</div> <div>Documento</div> <div>Parecer</div> <div>Fluxo</div> </div>				
<input type="checkbox"/> Exibir Selecionados				
<input type="checkbox"/>	Documento	Data	Tipo	Tamanho
<input type="checkbox"/>	Edital_de Chamamento Publico_001-2021 e criterios de selecao.pdf	29/01/2021 04:22:39	PDF file	153467
<input type="checkbox"/>	Anexo I_Termo_de Referencia_ECP_STAS.pdf	29/01/2021 04:26:03	PDF file	265504
<input type="checkbox"/>	Portaria_60.pdf	29/01/2021 04:29:41	PDF file	69188
<input type="checkbox"/>	Anexo III_Modelo_de Plano_de Trabalho_ECP_STAS (1).pdf	29/01/2021 04:30:49	PDF file	229886
<input type="checkbox"/>	Anexo IV_Modelo_Termo de Colaboracao_ECP_STAS.pdf	17/03/2021 02:02:06	PDF file	351861
<input type="checkbox"/>	Ata 001 - Assinada.pdf	10/05/2021 05:29:50	PDF file	3308110
<input type="checkbox"/>	Ata_002_2020_Edital_002-2020 assinado.pdf	20/05/2021 05:39:00	PDF file	870411
<input type="checkbox"/>	Recurso Edital ass.pdf	02/06/2021 11:28:21	PDF file	993823
Selecionar TODOS os registros.				
Linhas de 1 a 8				
05/07/2021 16:35:43 Usuário de acesso Portal Convênios				

3.2 Há informação quanto ao andamento/etapa do chamamento público? (0,5)

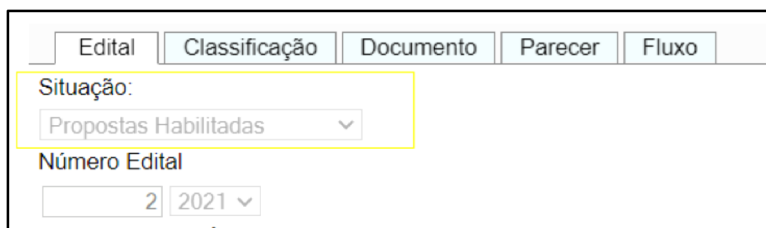
O município deve informar, de maneira clara e objetiva, a situação atual em que se encontra o processo de chamamento público.

⁷ Neste item, a exigência se respalda nos artigos 5º, caput e inciso IV; 6º, caput e inciso V; 23, caput; 26, caput; 31 e 32, caput e §1º da Lei Federal 13.019/2014 com reforço nos artigos 8º, caput e §§2º e 3º da Lei Federal 12.527/2011.

A situação informada se reporta ao estágio do chamamento, se em fase de abertura inicial, com edital divulgado; em julgamento de propostas; em etapa de habilitação (posterior ao julgamento); encerrado; ou outras que surgirem.

Esse item pode ser atendido conforme abaixo:

Exemplo 05 - Figura 09: Página de um chamamento público selecionado, após acesso à página da parceria (a partir do Exemplo 01 – Figura 04), informando sumariamente a situação dessa seleção pública.

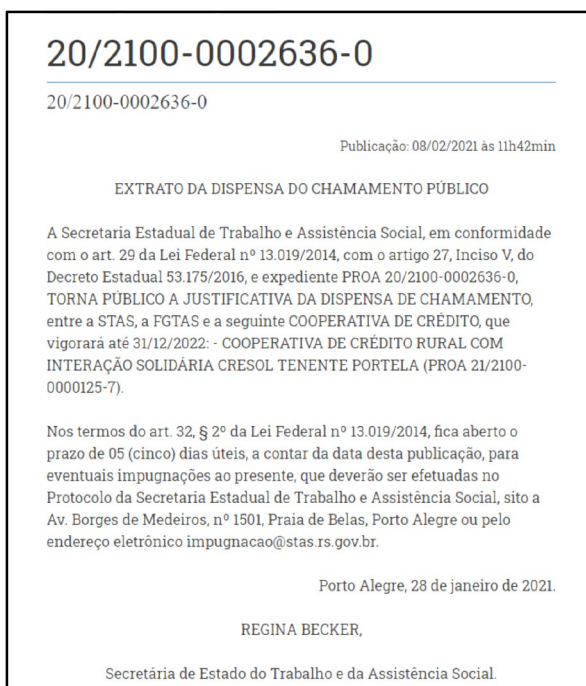


3.3 Há disponibilização do extrato individual com as justificativas para dispensa ou inexigibilidade? (0,5)

Deve ser possível verificar o teor das justificativas para não realização do chamamento público, nos casos de dispensa e inexigibilidade.

Para esse item, segue exemplo:

Exemplo 06 – Figura 10: Disponibilização do extrato com as justificativas para dispensa ou inexigibilidade ao chamamento público, após clicar em um dos extratos do Exemplo 02 – Figura 06



4. Os documentos ou informações que comprovam habilitação da OSC são disponibilizados publicamente? (2,0)

Em etapa ulterior ao julgamento das propostas pela Administração, as OSC selecionadas devem demonstrar diversos documentos para habilitação, os quais ganham a natureza de registros públicos.⁸

Assim, será verificada a publicidade quanto a esses documentos ou suas informações na página do site oficial/portal da transparência destinada aos chamamentos públicos, não sendo suficiente a disponibilização deles apenas no período de execução da parceria.

Parte desses documentos ou informações foram selecionados para verificação no tocante à transparência e à publicidade da entidade escolhida:

4.1) Há disponibilização de documento que comprove a existência jurídica da entidade escolhida? (1,0)

O critério será atendido com a disponibilização do ato constitutivo da OSC (por exemplo, estatuto social) ou da certidão de existência jurídica expedida pelo cartório civil ou junta comercial, a depender do caso.

Segue exemplo de disponibilização do estatuto:

Exemplo 07 – Figura 11: Disponibilização do estatuto social da entidade escolhida no chamamento público, em acesso livre e público, para download, acessível a partir do Exemplo 01 – Figura 04.

<div> <div>Edital</div> <div>Classificação</div> <div>Documento</div> <div>Parecer</div> <div>Fluxo</div> </div>				
<input type="checkbox"/>	Documento	Data	Tipo	Tamanho
<input type="checkbox"/>	1 PT - REGIAO SUL 2019 - FINAL.pdf	06/12/2019 02:48:44	PDF file	1150770
<input type="checkbox"/>	7 infraestrutura REGIAO SUL - AGEFA.pdf	06/12/2019 02:48:57	PDF file	2096028
<input type="checkbox"/>	8 Comprovacao capacidade tecnica e operacional.pdf	06/12/2019 02:49:14	PDF file	3152297
<input type="checkbox"/>	9 Comprovante Inscricao CNPJ - AGEFA.pdf	06/12/2019 02:49:27	PDF file	123221
<input type="checkbox"/>	ATA 08 - Edital 13-2019 Valoracao Proposta Tecnica.pdf	09/12/2019 11:58:19	PDF file	1144705
<input type="checkbox"/>	1 Estatuto da OSC.pdf	09/12/2019 11:58:51	PDF file	1837853
<input type="checkbox"/>	2 Comprovante Inscricao CNPJ - AGEFA.pdf	09/12/2019 11:58:56	PDF file	123221

⁸ A disponibilização pública desses documentos para acesso livre decorre da aplicação sistemática dos artigos 5º, caput e inciso IV; 6º, caput e inciso V; caput; 34, III e VI e da Lei Federal 13.019/14 e dos artigos 2º e 8º, caput da Lei Federal 12.527/2011.

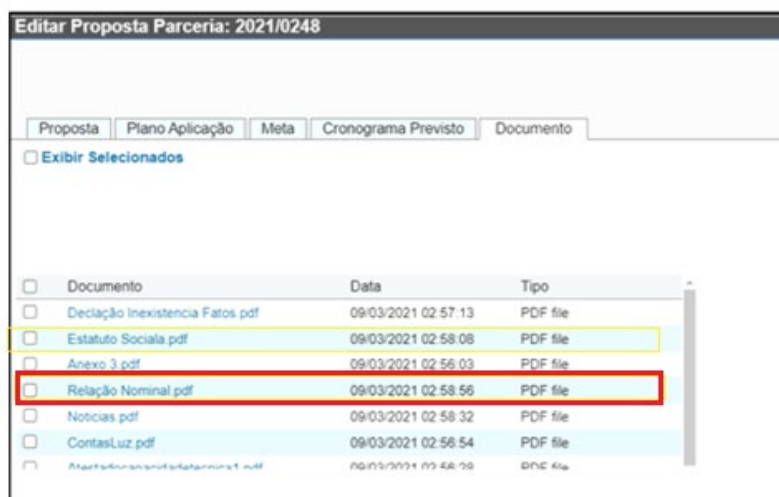
4.2) Há identificação dos responsáveis pela OSC, a partir da relação nominal dos dirigentes da entidade? (1,0)

Um dos documentos necessários para a habilitação da OSC à parceria é a relação nominal atualizada dos dirigentes, que informa quais são as pessoas responsáveis pelos atos de gestão da entidade sem fins lucrativos beneficiária dos repasses públicos.

A partir dessa relação, será verificado se o ente público disponibiliza, pelo menos, os nomes desses indivíduos a partir da relação nominal, podendo ser informados, por exemplo, junto aos dados da OSC ou através de documento para download.

Segue exemplo:

Exemplo 08 – Figura 12: Disponibilização do documento com a relação nominal de dirigentes da entidade escolhida no chamamento público, em acesso livre e público, para download, acessível a partir do Exemplo 01 – Figura 04.



B) Itens pertinentes à Execução e Monitoramento da Parceria

5. Há seção específica com as parcerias firmadas? (3,0)

Assim como ocorre com o item 1, importante as parcerias em andamento com as OSC constarem em seção específica⁹, a partir da qual o cidadão pode visualizar a relação com todas parcerias em execução.

Reitera-se, portanto, os destaques do item 1, ou seja, o gestor pode optar por categorizar as parcerias por ano ou tema, e a seção pode, também, incluir outros modelos de convênios e pactuações que atendam a outras leis específicas, desde que tais normas sejam mencionadas, e seja identificado, por

⁹ Trata-se de exigência dos artigos. 5º, caput e inciso IV; 6º, caput e inciso V; 10, caput da Lei Federal 13.019/14 e dos artigos 6º, I; 7º, IV; 8º, §2º e §3º inciso VI da Lei Federal 12.527/2011.

exemplo, o instrumento jurídico correspondente (termo de parceria; termo de colaboração; termo de fomento; contrato de gestão; convênio).

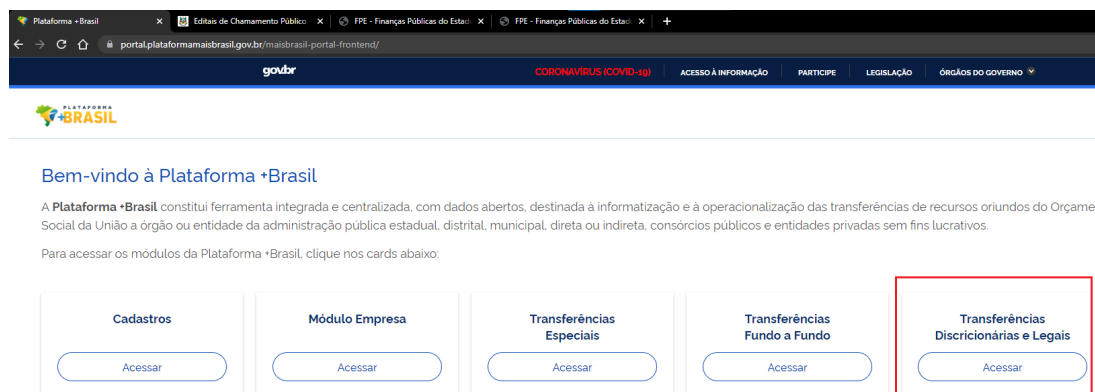
No entanto, realça-se novamente que o critério não será atendido se as parcerias da Lei Federal nº 13.019/2014 estiverem divulgadas em meio às informações gerais de Contratos sem possibilidade de separação.

Acrescenta-se que, se o Município preferir, é possível também concentrar na mesma seção os dados e registros pertinentes às prestações de contas.

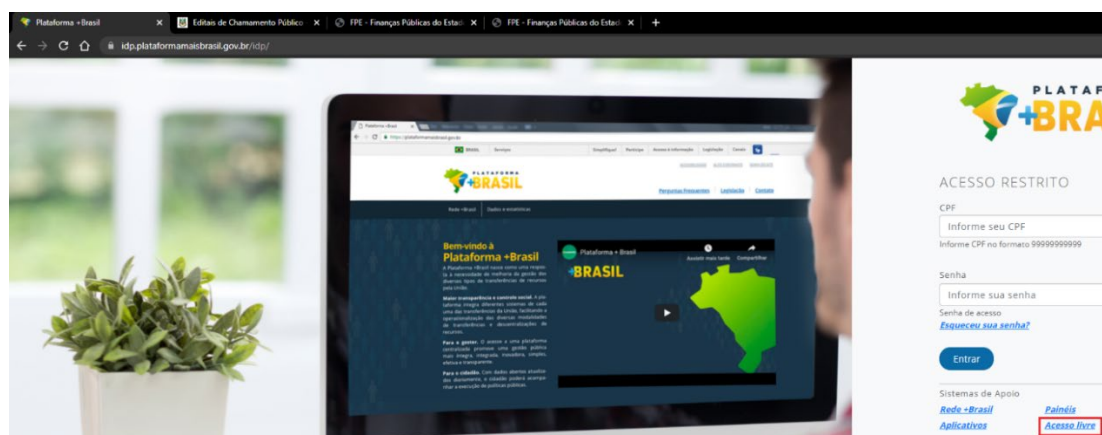
Vale destacar que a Administração Pública é obrigada a manter os registros disponíveis até mesmo das parcerias encerradas nos últimos 180 dias.

Segue exemplo de seção que atende ao item:

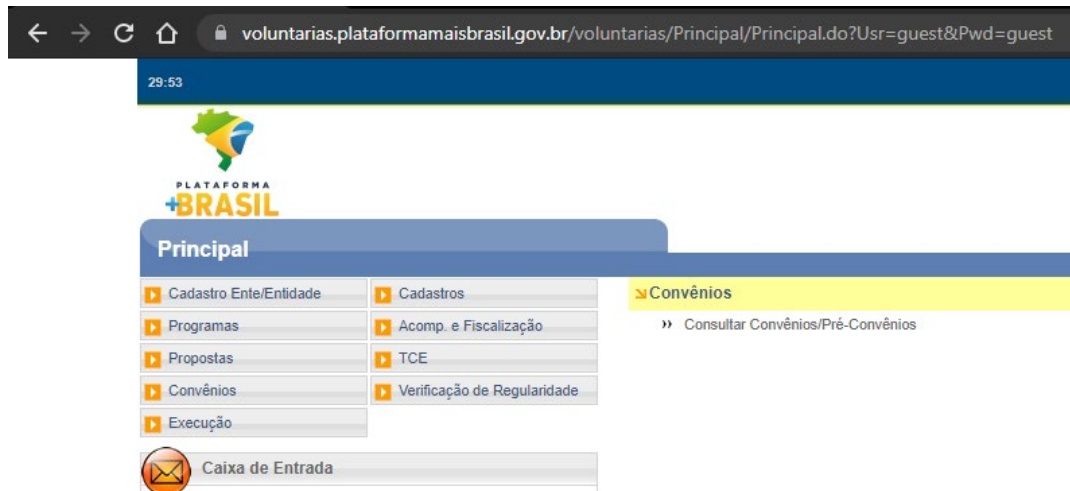
Exemplo 09 – Figura 13: Plataforma + Brasil, da União Federal, de onde se acessa a seção com as parcerias firmadas entre a União Federal e as OSC, no link “Transferências Discricionárias e Legais”.



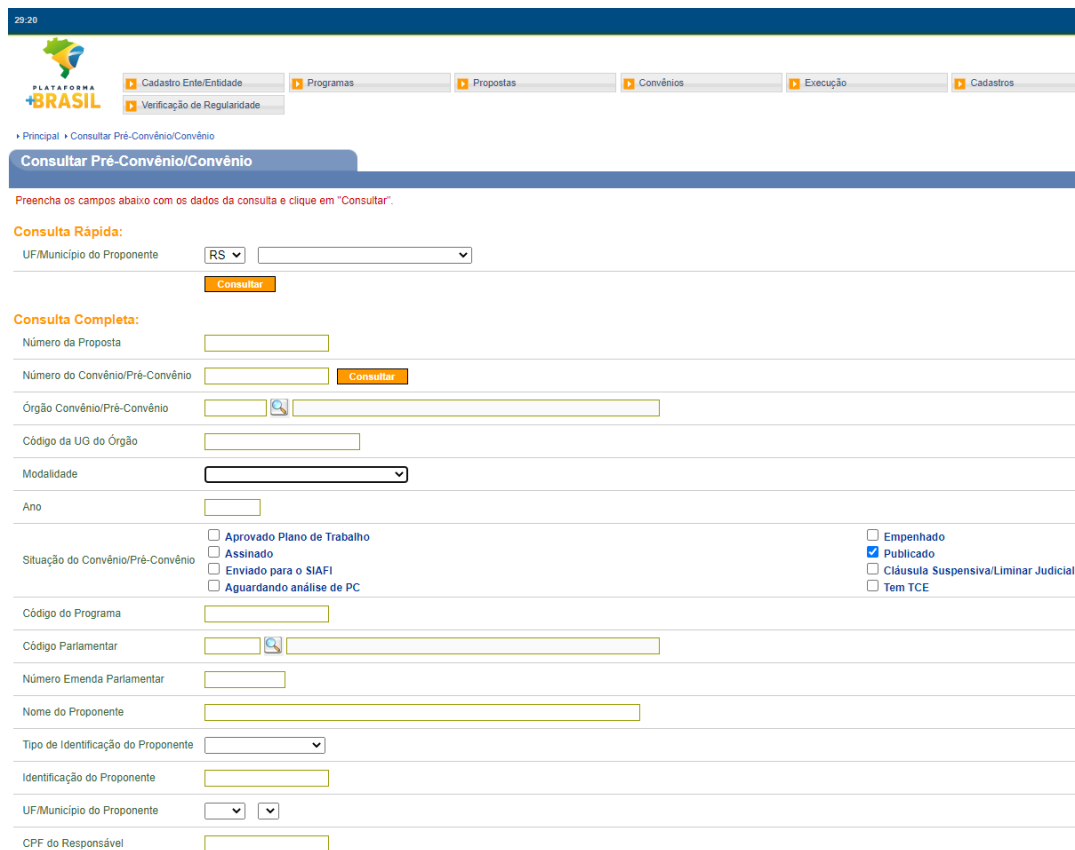
Exemplo 09 – Figura 14: Página de acesso à plataforma onde consta a seção com todas parcerias firmadas. Acesso a partir do link “acesso livre”.



Exemplo 09 – Figura 15: Página principal do acesso livre do site com os convênios e parcerias da União Federal.”.



Exemplo 09 – Figura 16: Seção com todas as parcerias e convênios, na qual inicialmente há seleção por meio de sistema de busca.



Exemplo 09 – Figura 17: Resultado centralizado da busca, apresentando em lista todas as parcerias de órgão da União Federal ou da sua Administração Indireta com as OSC, que atendem ao critério de busca.

Consultar Pré-Convênio/Convênio			
Lista de Pré-Convênios/Convênios			
Selecione o PRÉ-CONVÊNIO/CONVÊNIO de seu interesse para obter o detalhamento			
Filtros da pesquisa: Órgão Convênio , Modalidade , Data Início Execução			
Página 1 de 14 (264 item(s))			
[Primeira/Ant] 1,2,3,4,5,6,7,8,9,10 [Próx]			
Número do Convênio/Pré-Convênio	Nome do Órgão	Modalidade	Data Início da Execução
909637/2021	AGENCIA NACIONAL DE AGUAS	Termo de Colaboração	03/05/2021
907567/2020	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO	Termo de Colaboração	29/04/2021
907565/2020	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO	Termo de Colaboração	29/04/2021
907563/2020	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO	Termo de Colaboração	29/04/2021
907562/2020	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO	Termo de Colaboração	29/04/2021
907558/2020	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO	Termo de Colaboração	29/04/2021
907555/2020	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO	Termo de Colaboração	24/03/2021
907030/2020	MINISTERIO DAS COMUNICACOES	Termo de Colaboração	04/01/2021
906966/2020	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO	Termo de Colaboração	06/04/2021
906587/2020	MINISTERIO DAS COMUNICACOES	Termo de Colaboração	01/01/2021
906425/2020	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO	Termo de Colaboração	31/12/2020
Opções para exportar: CSV Excel XML PDF			

6. As informações das parcerias em execução e concluídas estão atualizadas? (1,0)

Reiteram-se aqui as orientações contidas no item 2, pois os princípios da transparência e da publicidade exigem que o gestor alimente os dados constantes nos sites oficiais/portais da transparência de maneira rotineira e fiel à realidade.¹⁰

Portanto, para este manual, considerar-se-á atendido esse item quando simultaneamente a) for visível ao cidadão o momento da atualização dos dados; e b) referir-se a data recente.

Assim, **para a presente ação**, entende-se a) como **visível a atualização** quando na seção dos chamamentos ou extratos, em qualquer localização da página, for informada a última data de alimentação dos dados (afirmando, por exemplo, que na data XX/XX/XXXX os registros foram atualizados), ou ao menos ela for constatável partir dos dados na página e b) como **data recente** se esta for do ano corrente (2021).

Segue exemplo que atende ao critério:

¹⁰ Conforme já mencionado, trata-se de um dos requisitos mínimos para publicidade e transparência pública, que se funda nos artigos 5º, caput e inciso IV; 6º, caput e inciso V; 10, caput da Lei Federal 13.019/2014 e nos artigos 6º, inciso I; 7º, inciso IV; 8º, caput, §2º e §3º inciso VI da Lei Federal 12.527/2011.

Exemplo 10 – Figura 18: Seção com todas as parceiras que atendem ao critério selecionado, informando sumariamente atos ocorridos em datas recentes e visíveis, o que demonstra alimentação atualizada dos dados no site. Acesso a partir do Exemplo 09 – Figura 16

Lista de Pré-Convênios/Convênios

Selecione o PRÉ-CONVÊNIO/CONVÊNIO de seu interesse para obter o detalhamento

Filtros da pesquisa: Data Publicação , Data Assinatura , Data Início Execução

Página 1 de 14 (264 item(s))

[Primeira/Ant] 1,2,3,4,5,6,7,8,9,10 [Próx]

Número do Convênio/Pré-Convênio	Data Início da Execução	Data da Assinatura	Data da Publicação
909637/2021	03/05/2021	03/05/2021	05/05/2021
907567/2020	29/04/2021	29/04/2021	17/05/2021
907565/2020	29/04/2021	29/04/2021	17/05/2021
907563/2020	29/04/2021	29/04/2021	17/05/2021
907562/2020	29/04/2021	29/04/2021	17/05/2021
907558/2020	29/04/2021	29/04/2021	17/05/2021
907555/2020	24/03/2021	24/03/2021	25/03/2021
907030/2020	04/01/2021	31/12/2020	28/01/2021
906966/2020	06/04/2021	06/04/2021	07/04/2021
906587/2020	01/01/2021	31/12/2020	28/01/2021
906425/2020	31/12/2020	31/12/2020	01/02/2021
905925/2020	31/12/2020	31/12/2020	05/01/2021
905892/2020	31/12/2020	31/12/2020	05/01/2021
905718/2020	31/12/2020	31/12/2020	28/01/2021
905710/2020	31/12/2020	31/12/2020	28/01/2021
905703/2020	01/01/2021	30/12/2020	28/01/2021
905681/2020	31/12/2020	30/12/2020	31/12/2020
905678/2020	31/12/2020	30/12/2020	31/12/2020
905631/2020	31/12/2020	31/12/2020	11/01/2021
905544/2020	04/01/2021	29/12/2020	29/01/2021

Opções para exportar: CSV | Excel | XML | PDF

7. Os dados básicos para identificação da parceria são fornecidos? (1,5)

Consideram-se dados básicos aqueles mencionados pelo Marco Regulatório como mínimos na divulgação da relação das parcerias, razão pela qual parte deles serão objeto de exigência na presente ação ¹¹.

Nesse contexto, será analisado se houve atendimento aos seguintes itens na divulgação das parcerias:

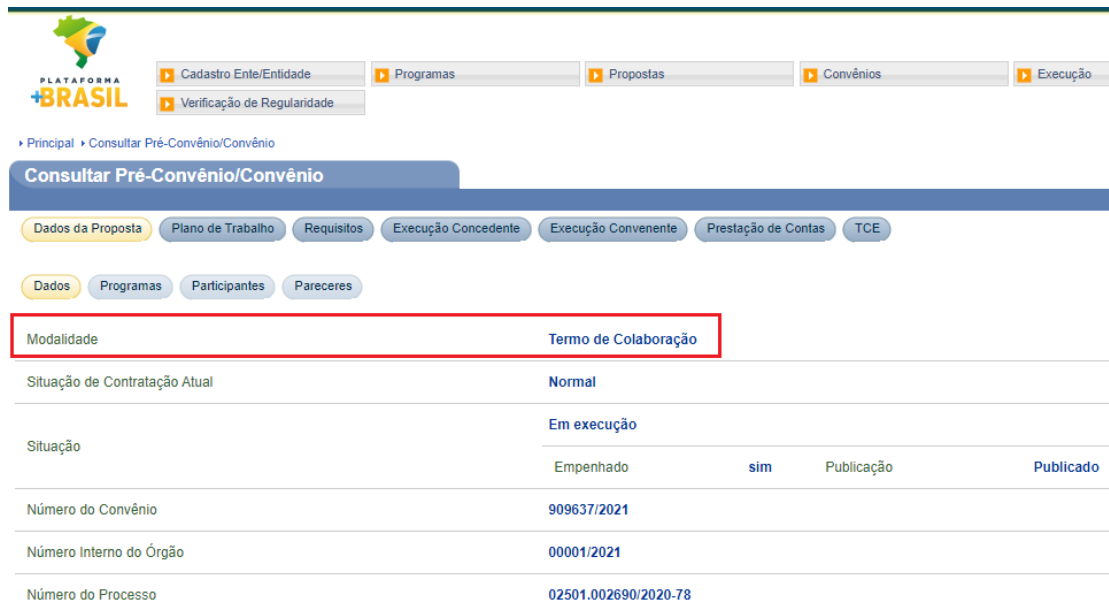
7.1) Há informação quanto ao instrumento jurídico adotado na parceria? (0,5)

Os instrumentos jurídicos possíveis a partir do MROSC são o termo de colaboração, termo de fomento e acordo de cooperação; podem ser informados, ainda, instrumentos jurídicos de outros regimes jurídicos, quando firmadas pactuações segundo legislação diversa.

Menciona-se exemplo de critério atendido abaixo:

¹¹ Será verificado o atendimento aos artigos 5º, caput e inciso IV; 6º, caput e inciso V; 10; 11, parágrafo único, incisos I a III do MROSC.

Exemplo 11 – Figura 19: Instrumento jurídico adotado na parceria informado sumariamente nas informações da parceria, em “modalidade”, qual seja, Termo de Colaboração. Acesso à página a partir do Exemplo 09 – Figura 16.

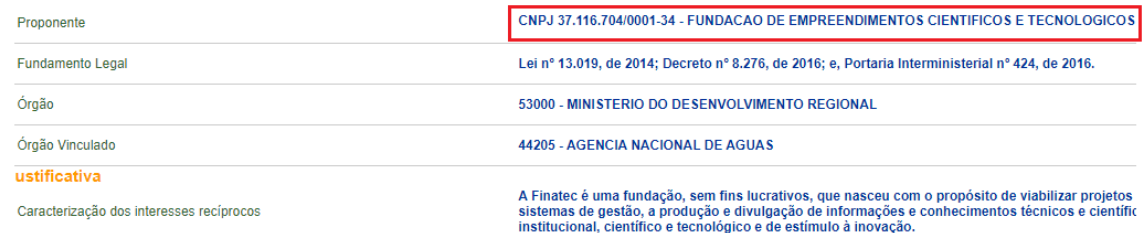


Modalidade	Termo de Colaboração
Situação de Contratação Atual	Normal
Situação	Em execução
	Empenhado sim Publicação Publicado
Número do Convênio	909637/2021
Número Interno do Órgão	00001/2021
Número do Processo	02501.002690/2020-78

7.2) Há identificação da OSC parceira, informando seu nome e CNPJ? (0,5)

O nome da entidade classificada como OSC será a sua denominação ou nome fantasia registrado em seu ato constitutivo, nos termos do artigo 46, inciso I do Código Civil, e o CNPJ será o seu número identificador nos termos da Instrução Normativa da Receita Federal de nº 1.863/2018.

Exemplo 12 – Figura 20: Identificação da OSC, com número do CNPJ e nome, devidamente informados, na página inicial após seleção da parceria a partir do Exemplo 09 – Figura 17.



Proponente	CNPJ 37.116.704/0001-34 - FUNDAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS CIENTIFICOS E TECNOLOGICOS
Fundamento Legal	Lei nº 13.019, de 2014; Decreto nº 8.276, de 2016; e, Portaria Interministerial nº 424, de 2016.
Órgão	53000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
Órgão Vinculado	44205 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS
Justificativa	A Finatec é uma fundação, sem fins lucrativos, que nasceu com o propósito de viabilizar projetos sistemas de gestão, a produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos institucionais, científicos e tecnológicos e de estímulo à inovação.

7.3) Há descrição do objeto da parceria? (atividade; projeto ou produto a que se destina) (0,5)

A descrição sumária permite a constatação da pertinência e correlação lógica do objeto da parceria com o interesse público que atende.

Segue exemplo:

Exemplo 13 – Figura 21: Descrição do objeto na página da parceria após acesso pela seção do Exemplo 09 – Figura 17.

Resultados esperados	meta 1- Instalar e operacionalizar o Escritório de Apoio, meta 2- Processo Eleitoral para Renovação dos Membros do Comitê 2021.
Relação entre a proposta e os objetivos e diretrizes do programa	A proposta visa contribuir para a gestão unificada dos recursos hídricos e a disponibilidade das águas do rio Grande, por meio da implantação
Categorias	Execução de Custeio
Objeto do Convênio	Instalar e operacionalizar o Escritório de Apoio ao CBH-GRANDE, funcionamento do colegiado e apoio às ações de implementação do processo eleitoral para renovação dos membros do Comitê.
Informações Complementares da Proposta	Nos últimos cinco anos, a Finatéc desenvolveu e executou mais de 10 projetos, atuando como fundação de apoio do IFB, do HUB/Ebserh e da ENAP, e

8. Há disponibilização dos documentos que instrumentalizam a parceria? (1,0)

Trata-se de critério que visa à publicidade e transparência dos documentos que formalizaram a parceria¹², abrangendo o Termo de Parceria e Plano de Trabalho firmados na origem e eventuais papéis representativos de mudança ou alteração na parceria.

Destaca-se que não basta a divulgação do modelo de minuta, peça não assinada nem espelhada à parceria realmente firmada ou alterada.

Assim, serão verificados os seguintes itens:

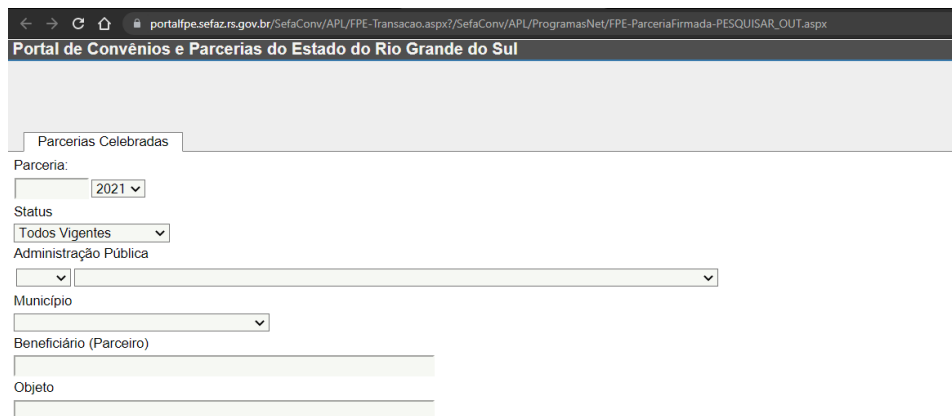
8.1) Há disponibilização do Termo da Parceria com o Plano de Trabalho pertinente? (0,5)

O gestor atende ao presente item tanto disponibilizando o Plano de Trabalho no mesmo arquivo ou página do Termo da Parceria, como ainda publicando-os em documentos separados, desde que devidamente identificados para o acesso fácil.

Segue exemplo:

Exemplo 14 – Figura 22: Sistema de busca em seção com todas parcerias do Estado do Rio Grande do Sul, acessado a partir do Exemplo 01 – Figura 01.

¹² A publicidade desses documentos atende aos artigos 5º, caput e inciso IV; 6º, caput e inciso V; 10; 11, parágrafo único, incisos I a III; 16; 17; 22; 55 e 57 da Lei Federal 13.019/2014 e aos artigos 2º, caput e parágrafo único e 8º, caput da Lei Federal 12.527/2011 c/c.



Exemplo 14 – Figura 23: Página com os documentos de uma parceria selecionada, após sistema de busca, na qual consta o termo de parceria e plano de trabalho disponíveis para download em arquivo único.

Documento	Data	Tipo	Tamanho
Termo SICT 04-2020.pdf	22/12/2020 10:23:30	PDF file	3588397
Sumula publicada.pdf	22/12/2020 10:24:22	PDF file	40588
Síntese - REDE COLABORATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO DE VENTILADORES COVID-19.pdf	09/09/2020 10:39:32	PDF file	359190

Selecionar TODOS os registros.

Linhas de 1 a 3

05/07/2021 17:35:36 Usuário de acesso Portal Convênios

8.2) Há disponibilização de Termo Aditivo ou Apostilamento, se ocorrer mudança na parceria? (0,5)

A inexistência de alteração na parceria deve ser expressamente informada, quando não ocorrerem mudanças durante a sua execução, para atendimento positivo ao item.

Segue abaixo exemplo:

Exemplo 15 – Figura 24: Termo Aditivo e documento com os apostilamentos realizados, ambos disponíveis para download em arquivo único, após acesso via Exemplo 14 – Figura 22.

Documento	Data	Tipo	Tamanho
DOE apostila_Mao Amiga - 2764-2020.pdf	10/02/2021 10:54:32	PDF file	106218
PLANO_DE_TRABALHO_aditivo.pdf	19/03/2021 11:51:59	PDF file	488039
Portaria_038-2020.pdf	26/11/2020 11:10:31	PDF file	388929
DOE_30-10-2020.pdf	26/11/2020 11:10:43	PDF file	146480
termo_de_colaboracao_caxias.pdf	26/11/2020 11:11:19	PDF file	541227
DOE_16-11-2020.pdf	26/11/2020 11:11:03	PDF file	90304
DOE_26-11-2020.pdf	26/11/2020 11:11:37	PDF file	49811
aditivo_mao_amiga.pdf	17/05/2021 11:24:46	PDF file	930828

Selecionar TODOS os registros.

Linhas de 1 a 8

28/06/2021 11:17:29 Usuário de acesso Portal Convênios

9. As informações relacionadas à liberação de recursos são divulgadas? (1,0)

O repasse de recursos públicos para as Organizações da Sociedade Civil visa ao atingimento de metas e resultados, os quais devem estar alinhados ao interesse público envolvido.

Nesse aspecto, são recursos destinados a entidades privadas sem fins lucrativos que simultaneamente advém do erário e visam a atingir a fins públicos específicos, razão pela qual impera a necessidade de transparência e publicidade nas suas transferências, usos e aplicações.¹³

Assim, o presente item será considerado atendido quando a Administração Pública disponibilizar, pelo menos, as seguintes informações:

9.1) Há publicidade do valor total previsto à parceria? (0,5)

Constitui valor total a soma estimada pela Administração para concretização dos seus objetivos, abrangendo toda quantia que será repassada à Organização da Sociedade Civil para conclusão adequada da parceria.

Recomenda-se a menção à dotação orçamentária e ao programa a que atende.

Segue, a seguir, um exemplo que atende ao item 9.1:

Exemplo 16 – Figura 25: Página com informações referentes à soma total de valores destinados à parceria, visível em aba própria após acesso pelo Exemplo 14 – Figura 22.

Parceria	Responsável / Parceiro	Gestor	Participe	Plano Aplicação	Dados Orçamentários	Meta	Cronograma Previsto	Monitoramento
Cronograma Realizado	Financeiro Totais	Financeiro Recursos	Documento	Parecer	Fluxo	Parcelas	Prestação de Contas	
Principal								
	745.176,19							
ContraPartida								
	0,00							
Ingresso Receita Rendimento Aplicação								
	0,00							
Total Convênio								
	745.176,19							
Saldo a Pagar Convênio								
	0,00							
Ingresso Receita Principal								
	0,00							
Saldo a Receber do Convênio Principal								
	0,00							
Saldo para Solicitação Empenho								
	0,00							
Solicitação de Empenho								
	0,00							
Saldo a Empenhar								
	0,00							
Empenhado								
	745.176,19							
Anulado Restos Não Processados								
	0,00							
Liquidado								
	745.176,19							
Anulado Restos Processados								
	0,00							

9.2) Há publicidade dos valores liberados à parceira? (0,5)

¹³ razão pela qual o MROSC exige, nos artigos 5º, caput e inciso IV; 6º, caput e inciso V; 10 e 11, § único, inciso IV, publicidade especificamente quanto às informações sobre o dinheiro público repassado.

Trata-se de valores que foram repassados pela Administração conforme fixado no cronograma de desembolso, comutativo ao atingimento das metas e resultados pela parceira.

Eles constituem parcelas que já percorreram as fases do empenho, liquidação e pagamento da despesa.

Para atendimento ao item, sugere-se a identificação pelo número do empenho ou ao menos a quantia exata de cada valor transferido à OSC mensalmente.

Segue exemplo que atende ao critério:

Exemplo 17 – Figura 26: Informações referentes aos valores já repassados, por mês e ano, à entidade parceira, diante da pactuação firmada, em aba própria após acesso pelo Exemplo 14 – Figura 22.

Parceria	Responsável / Parceiro	Gestor	Participe	Plano Aplicação	Dados Orçamentários	Meta	Cronograma Previsto	Monitoramento
Cronograma Realizado	Financeiro Totais	Financeiro Recursos	Documento	Parecer	Fluxo	Parcelas	Prestação de Contas	

Financeiro Totais

Solicitação de Empenho
0,00

Empenhado
745.176,19

Saldo a Liquidar
0,00

Parcelas

☐ Exibir Selecionados

Número Parcela	Mês/Ano	Valor	Valor Liquidado	Ateste
Total 2021		447.572,18	447.572,18	
Total 2020		297.604,01	297.604,01	
1	11/2020	297.604,01	297.604,01	SIM
2	03/2021	447.572,18	447.572,18	SIM

Selecionar TODOS os registros.

Linhas de 1 a 4

28/06/2021 11:17:26 Usuário de acesso Portal Convênios

10. Os dados das despesas da OSC com as equipes de trabalho vinculadas à parceria são disponibilizados pela Administração? (1,0)

As despesas com as equipes de trabalho, grupo composto pelas pessoas contratadas ou designadas pela OSC para realizar as atividades relacionadas ao objeto da parceria, devem ser divulgadas junto com as demais informações da parceria¹⁴.

São gastos que se referem ao custeio da OSC com as remunerações do pessoal envolvido na parceria, quais sejam, verbas trabalhistas, previdenciárias, tributárias, entre outras, pagos com os recursos públicos.

Se a falta de informação decorrer de irregularidade da OSC, que não forneceu esses dados, deve constar essa situação expressamente, mencionando-se eventuais providências adotadas pela Administração.

¹⁴ Trata-se de informações públicas a serem disponibilizadas pela Administração Pública e pela OSC, conforme artigos 10 e 11, § único, inciso VI, da Lei Federal 13.019/2014.

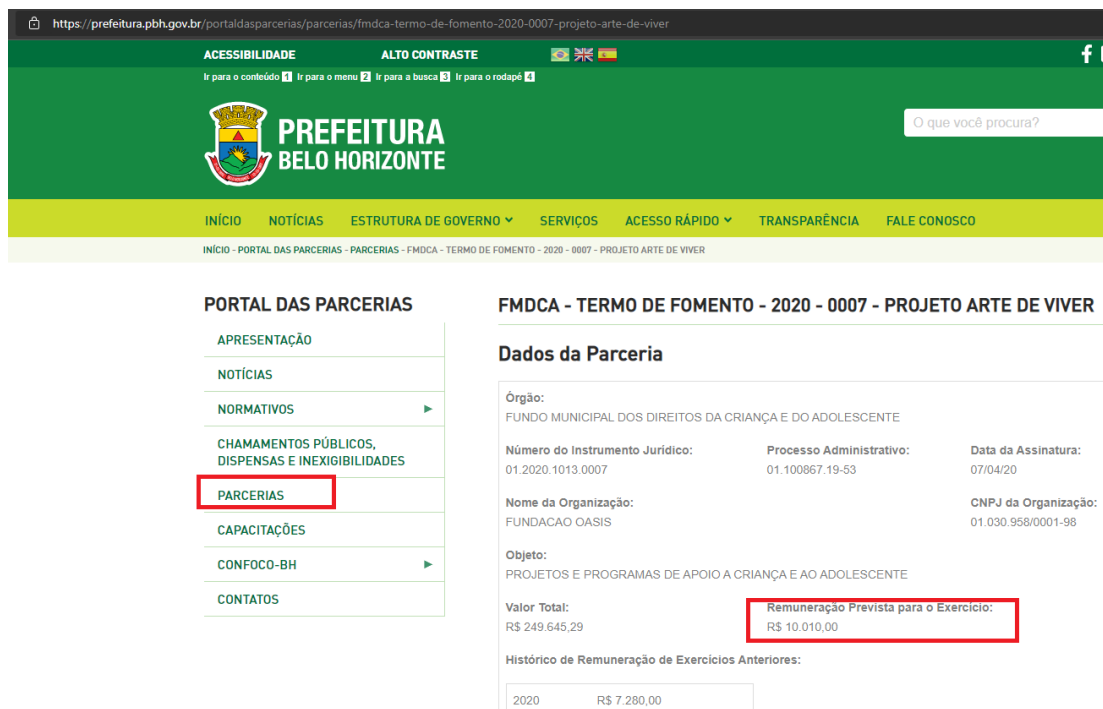
Nesse sentido, serão realizadas duas verificações:

10.1) O valor total referente às remunerações da equipe de trabalho foi informado? (0,5)

Constitui a soma total destinada ao gasto com pessoal para execução do objeto da parceria.

Segue exemplo:

Exemplo 18 – Figura 27: Disponibilização da informação quanto ao valor total com as remunerações da equipe de trabalho, acessado a partir da página de parcerias do Município de Belo Horizonte/MG.



https://prefeitura.pbh.gov.br/portaldasparcerias/parcerias/fmdca-termo-de-fomento-2020-0007-projeto-arte-de-viver

ACESSIBILIDADE ALTO CONTRASTE

Ir para o conteúdo 1 Ir para o menu 2 Ir para a busca 3 Ir para o rodapé 4

PREFEITURA BELO HORIZONTE

O que você procura?

INÍCIO NOTÍCIAS ESTRUTURA DE GOVERNO SERVIÇOS ACESSO RÁPIDO TRANSPARÊNCIA FALE CONOSCO

INÍCIO - PORTAL DAS PARCERIAS - PARCERIAS - FMDCA - TERMO DE FOMENTO - 2020 - 0007 - PROJETO ARTE DE VIVER

PORTAL DAS PARCERIAS

- APRESENTAÇÃO
- NOTÍCIAS
- NORMATIVOS
- CHAMAMENTOS PÚBLICOS, DISPENSAS E INEXIGIBILIDADES
- PARCERIAS**
- CAPACITAÇÕES
- CONFOCO-BH
- CONTATOS

FMDCA - TERMO DE FOMENTO - 2020 - 0007 - PROJETO ARTE DE VIVER

Dados da Parceria

Órgão:
FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Número do Instrumento Jurídico: 01.2020.1013.0007 Processo Administrativo: 01.100867.19-53 Data da Assinatura: 07/04/20

Nome da Organização: FUNDAÇÃO OASIS CNPJ da Organização: 01.030.958/0001-98

Objeto:
PROJETOS E PROGRAMAS DE APOIO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

Valor Total: R\$ 249.645,29 Remuneração Prevista para o Exercício: R\$ 10.010,00

Histórico de Remuneração de Exercícios Anteriores:

2020	R\$ 7.280,00
------	--------------

10.2) A relação com os integrantes da equipe, as funções desempenhadas e respectivas remunerações previstas para o exercício foi disponibilizada? (0,5)

Requer a publicação de quais funções desempenhadas ou cargos ocupados pelos integrantes da equipe acompanhados das respectivas remunerações previstas para o exercício.

Exemplifica-se abaixo:

Exemplo 19 – Figura 28: Disponibilização de documento com a relação dos integrantes da equipe de trabalho, suas funções ou cargos e respectivas remunerações, em documento para download, acessível a partir de uma página de parcerias municipais.

PÁGINA INICIAL **CORONAVÍRUS** **CIDADÃO** **EMPRESA** **SERVIDOR** **TRANSPARÊNCIA**

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE - FUNDEB

Termo de Parceria: 2005/2021
Data de Início: 01/01/2021
Órgão Fiscalizador: Secretaria Municipal da Educação
Data Prevista para Prestação de Contas Final: 31/12/2021
Data de Análise Prestação de Contas Final: 30/01/2022

CNPJ: 09.691.489/0001-07
Data de Término: 31/12/2021
Situação da Parceria: Em Andamento
Data de Apresentação da Prestação de Contas Final: 30/01/2022
Situação da Prestação de Contas Final: Não Realizada

Valores Liberados
 Para consultar os valores liberados clique [aqui](#) e faça a consulta pelo o nome ou CNPJ da entidade parceira.

ANEXOS

PRESTAÇÃO DE CONTAS - JANEIRO - 2021

• RELATÓRIO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
 • **RELACÃO DE CARGOS E SALÁRIOS**

PRESTAÇÃO DE CONTAS - FEVEREIRO - 2021

PRESTAÇÃO DE CONTAS - MARÇO - 2021

PRESTAÇÃO DE CONTAS - ABRIL - 2021

11. Há divulgação dos meios de representação sobre aplicação irregular dos recursos? (1,5)

Paralelamente à divulgação de informações das parcerias pelo ente público, a Administração Pública também deve disponibilizar aos cidadãos formas para receber ocorrências ou denúncias de eventuais irregularidades na execução da parceria¹⁵.

Para tanto, deve haver canal de denúncias ou instrumento congênere, com visibilidade adequada, que facilite ao cidadão realizar essa denúncia.

Segue exemplo:

Exemplo 20 – Figura 29: Central disponibilizado ao cidadão para denunciar irregularidades pertinentes aos convênios ou parcerias, disponível a partir do Exemplo 01- Figura 01.

VOCÊ ESTÁ AQUI: [Inicial](#) > [Painel de Serviços](#)
 > [Serviços Acesso Logado](#) > [Denúncias](#)

[← Voltar](#) [Imprimir](#) [RSS](#)

Denúncias - Central de Informação

Este espaço é destinado para você participar da fiscalização do uso dos recursos públicos estaduais.

É possível denunciar qualquer irregularidade observada na Administração Pública Estadual no que se refere a convênios e parcerias, celebrados entre o Governo Estadual e as Organizações da Sociedade Civil e Prefeituras.

Clique no link abaixo e você será direcionado à Central de Informação do Estado. Será necessário o cadastro do login cidadão.

[Clique aqui para acessar o serviço](#)

¹⁵ Exigência legal expressa no artigo 12 da Lei Federal 13.019/2014, segundo o qual a Administração Pública deve divulgar os meios de representação sobre a aplicação irregular desses recursos.

C) Itens pertinentes à Prestação de Contas da Parceria

12. Há disponibilização dos dados básicos relacionados à prestação de contas? (2,0)

Ao longo das parcerias, seja anualmente, ao final da parceria ou também em período fixado por ato normativo municipal, exige-se a prestação de contas da OSC e correspondente análise pela Administração Pública¹⁶.

Desta forma, o Município deve disponibilizar para acesso público pelo menos os seguintes dados caracterizados aqui como básicos, que serão itens de verificação:

12.1) Há disponibilização da situação da prestação de contas da parceria? (1,0)

Semelhante ao item 3.2, o município deve informar, de maneira clara e objetiva, a situação atual da prestação de contas, como se houve prestação no prazo; bem como se houve julgamento pela aprovação; aprovação com ressalvas ou rejeição das contas.

Segue exemplo:

Exemplo 22 – Figura 30: Informação sumária acerca da situação da prestação de contas, em aba específica da parceria, acessível a partir do Exemplo 09 – Figura 17.

Prestação de Contas ?

Objeto do Convênio/Contrato de Repasse	Promover a melhoria da qualidade de vida da pessoa idosa por meio da estruturação de equipamentos dos dois polos
Órgão Concedente	81000 - MINIST. MULHER, FAMÍLIA E DIREITOS HUMANOS
Conveniente/Contratado	ASSOCIACAO EVANGELICA MARANATA
CNPJ	01.895.318/0001-40
UF	CE
Modalidade	-
Situação	Prestação de Contas Enviada para Análise

12.2) As datas quando foi ou deve ser apresentada a prestação de contas são informadas? (1,0)

O ente público atendimento ao critério informando as datas nas quais se espera que sejam apresentadas as prestações de contas pela parceira, seja para a forma anual, ao final da parceria ou em outra periodicidade fixada.

Segue exemplo que atende ao item:

Exemplo 23 – Figura 31: Informação sobre o momento quando deve ser apresentada a prestação de contas, na mesma aba do exemplo 22, acessível a partir do Exemplo 09 – Figura 17.

¹⁶ Conforme artigos 10, *caput*; 11, § único, inciso V e 63 e seguintes da Lei Federal 13.019/2014.

Número	902475/2020
Vigência	29/07/2020 a 31/03/2021
Data Término de Vigência Anterior à Antecipação da PC	30/03/2021
Data Limite p/ Prestação Contas	30/04/2021
Valor Total do Convênio/Contrato	R\$ 179.857,40
Valor do Repasse	R\$ 179.857,40

13. Há acesso livre aos documentos relacionados à prestação de contas? (3,0)

A transparência e publicidade são guias mestras nos regimes jurídicos das parcerias com as OSC, primando-se pelo seu cumprimento inclusive no momento da comprovação e análise dos resultados alcançados, nos moldes delineados pelo MROSC¹⁷.

Portanto, todos os documentos pertinentes à prestação de contas devem ser disponibilizados para acesso público pela Administração¹⁸, e por isso serão buscados pelo menos os seguintes documentos:

13.1) Há acesso livre ao documento que substancia a prestação de contas da OSC? (1,0)

Trata-se, principalmente, do relatório de execução do objeto, documento elaborado pela OSC que permitirá avaliar se a parceria foi executada conforme o pactuado e se houve alcance das metas e resultados previstos.

Se a Administração não disponibilizar esse documento em razão de inexistência, seja ocasionada por omissão ilegal da OSC ou diante de não se ter alcançado o momento previsto para a sua apresentação, devem tais fatos constar expressamente junto às informações da parceria para atendimento ao item.

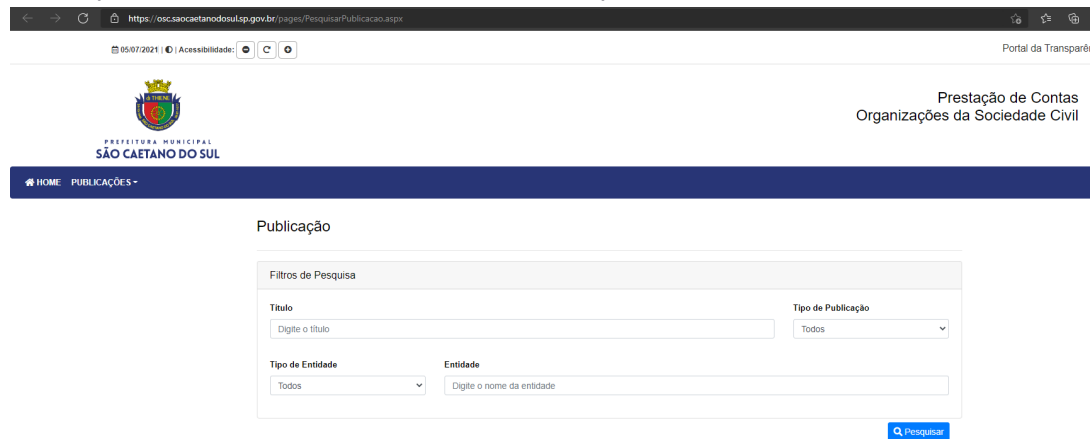
Recomenda-se, ainda, que a mesma publicação seja dada aos eventuais documentos comprobatórios apresentados pela OSC.

Segue exemplo que atende ao presente critério:

¹⁷ Nos termos dos artigos 5º, IV; 6º V; 10 e 11§ único, V; 63 a 72, além dos artigos 65 e 69, §6º; e 81-A da Lei Federal 13.019/2014, com as alterações da Lei 13.204/2015.

¹⁸ Para os entes que não tenham plataforma eletrônica específica, os documentos devem ser disponibilizados no site oficial ou portal da transparência, assim como ocorre com os registros da etapa de execução e monitoramento das parcerias. No caso daqueles que a tenham,

Exemplo 24 – Figura 32: Página inicial em plataforma específica com as prestações de contas das parcerias com OSC, do Município de São Caetano do Sul/SP.



Portal da Transparência

Prestação de Contas
Organizações da Sociedade Civil

PREFEITURA MUNICIPAL
SÃO CAETANO DO SUL

HOME PUBLICAÇÕES

Publicação

Filtros de Pesquisa

Título: Digite o título

Tipo de Publicação: Todos

Tipo de Entidade: Todos

Entidade: Digite o nome da entidade

Q Pesquisar

Exemplo 24 – Figura 33: Disponibilização do documento da prestação de contas da OSC, acessível para download, no site do Município de São Caetano do Sul/SP, após seleção de uma parceria na página da figura anterior.



Filtros de Pesquisa

Título: Digite o título


Tipo de Publicação: Prestação de Contas Anual

Tipo de Entidade: Todos

Entidade: Digite o nome da entidade

Q Pesquisar

Lista de Publicações

Data	Entidade	Título	Tipo	
05/07/21	APM da EMEI Profa. Inês dos Ramos	Anexo RP 14- 2020	Prestação de Contas Anual	
02/07/21	APM da EMEI Fernando Piva	Anexo 8 a 16 (exceto Anexo 10) - 2020	Prestação de Contas Anual	

13.2) Há acesso livre ao relatório técnico de monitoramento e avaliação homologado pela Comissão competente? (1,0)

Trata-se de documento técnico da Comissão de Monitoramento e Avaliação que analisa a conformidade do cumprimento do objeto e resultados alcançados na parceria. A partir dele será possível verificar se a prestação de contas é compatível com a realidade dos resultados alcançados.

Segue exemplo de publicação que atende ao item:

Exemplo 25 – Figura 34: Acesso livre disponibilizado através de download aos relatórios técnicos da Comissão de Monitoramento e Avaliação, no site do Município de São Caetano do Sul/SP, acesso a partir do Exemplo 24 – Figura 32.

Filtros de Pesquisa

Título

Digite o título

Tipo de Publicação

Relatório Conclusivo Anual da Co





Tipo de Entidade

Todos

Entidade

Digite o nome da entidade

Pesquisar

Lista de Publicações				
Data	Entidade	Título	Tipo	
16/07/19	APM da EMEF Dom Benedito Paulo Alves de Souza	RELAÇÃO NOMINAL DE DIRIGENTES - 2018	Relatório Conclusivo Anual da Comissão de Avaliação	 
03/07/19	APM da EMEF Ângelo Raphael Pellegrino	Subvenção 2018 - anexo 8	Relatório Conclusivo Anual da Comissão de Avaliação	 
06/02/19	APM da EMEF Elvira Paolillo Braido	Anexo 12 - 2017	Relatório Conclusivo Anual	 

13.3) Há acesso livre ao Parecer Técnico conclusivo do(s) Gestor(es) da Parceria? (1,0)

Trata-se do documento que analisa e decide conclusivamente quanto à prestação de contas da OSC, julgando-a como aprovada, aprovada com ressalvas ou rejeitada.

Caso a Administração ainda esteja analisando a prestação de contas, essa situação deve ser informada expressamente no site oficial ou portal da transparência.

Alerta-se que, na prestação de contas rejeitada ou aprovada com ressalvas, as impropriedades identificadas devem ser registradas e disponibilizadas para acesso público.

Segue exemplo:

Exemplo 26 – Figura 35: Acesso livre disponibilizado através de download ao Parecer Conclusivo que julga a prestação de contas conclusivamente, no site do Município de São Caetano do Sul/SP, acesso a partir do Exemplo 24 – Figura 32.

Digite o título

Tipo de Publicação

Relatório Anual de Prestação de





Tipo de Entidade

Todos

Entidade

Digite o nome da entidade

Pesquisar

Lista de Publicações				
Data	Entidade	Título	Tipo	
12/05/21	AMAS - Associação Metodista de Ação Social (parte de Direitos da Pessoa com Deficiência)	Termo de Colaboração nº 02/2019	Relatório Anual de Prestação de Contas	 
12/05/21	APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (parte de Direitos da	Termo de Colaboração nº 01/2019	Relatório Anual de Prestação de Contas	 

ANEXO I

QUESTIONÁRIO E PONTUAÇÃO

Todas as questões abaixo dizem respeito, exclusivamente, às parcerias firmadas pelo ente público com base na Lei Federal 13.019/2014

A tabela abaixo apresenta a pontuação, bem como o percentual, de cada questão considerada como tendo sido aceita sua evidência.

Item	Questão	Pontuação	%
A) Itens pertinentes à Seleção da Parceira (10 pontos)			
1	Há seção com os chamamentos públicos e extratos das justificativas de dispensas e inexigibilidades? 1.1) Há seção com os chamamentos públicos? (2,0) 1.2) Há seção com os extratos das justificativas de dispensas e inexigibilidades ao chamamento público? (2,0)	4,0	16%
2	As informações referentes aos chamamentos públicos e extratos das dispensas e inexigibilidades estão atualizadas?	2,0	8%
3	Há publicidade do Chamamento Público e dos extratos das dispensas e inexigibilidades, de forma individualizada? 3.1 Há disponibilização do edital de chamamento público? (1,0) 3.2 Há informação quanto ao andamento/etapa do chamamento público? (0,5) 3.3 Há disponibilização do extrato individual com as justificativas para dispensa ou inexigibilidade? (0,5)	2,0	8%
4	Os documentos que comprovam habilitação da OSC são disponibilizados publicamente? 4.1) Há disponibilização do estatuto social da entidade escolhida? (1,0) 4.2) Há identificação dos responsáveis pela OSC, a partir da relação nominal dos dirigentes da entidade? (1,0)	2,0	8%
B) Itens pertinentes à Execução e Monitoramento da Parceria (10 pontos)			
5	Há seção específica com as parcerias firmadas?	3,0	12%
6	As informações das parcerias em execução e concluídas estão atualizadas?	1,0	4%
7	Os dados básicos para identificação da parceria são fornecidos? 7.1) Há informação quanto ao instrumento jurídico adotado na parceria? (0,5) 7.2) Há identificação da OSC parceira, informando seu nome e CNPJ? (0,5) 7.3) Há descrição do objeto da parceria? (atividade; projeto ou produto a que se destina) (0,5).	1,5	6%

8	Há disponibilização dos documentos que instrumentalizam a parceria? 8.1) Há disponibilização do Termo da Parceria com o Plano de Trabalho pertinente? (0,5) 8.2) Há disponibilização de Termo Aditivo ou Apostilamento, se ocorrer mudança na parceria? (0,5)	1,0	4%
9	As informações relacionadas à liberação de recursos são divulgadas? 9.1) Há publicidade do valor total previsto à parceria? (0,5) 9.2) Há publicidade dos valores liberados à parceira? (0,5)	1,0	4%
10	Os dados das despesas da OSC com as equipes de trabalho vinculadas à parceria são disponibilizados pela Administração? 10.1) O valor total referente às remunerações da equipe de trabalho foi informado? (0,5) 10.2) A relação com os integrantes da equipe, as funções desempenhadas e respectivas remunerações previstas para o exercício foi disponibilizada? (0,5)	1,0	4%
11	Há divulgação dos meios de representação sobre aplicação irregular dos recursos?	1,5	6%
C) Itens pertinentes à Prestação de Contas da Parceria (5 pontos)			
12	Há disponibilização dos dados básicos relacionados à prestação de contas? 12.1) Há disponibilização da situação da prestação de contas da parceria? (1,0) 12.2) As datas quando foi ou deve ser apresentada a prestação de contas são informadas? (1,0)	2,0	8%
13	Há acesso livre aos documentos relacionados à prestação de contas? 13.1) Há acesso livre ao documento que substancia a prestação de contas da OSC? (1,0) 13.2) Há acesso livre ao relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela Comissão competente? (1,0) 13.3) Há acesso livre ao Parecer Técnico conclusivo do(s) Gestor(es) da Parceria? (1,0)	3,0	12%